

SIGNIFICADOS DE LUTA: UM OLHAR SOBRE A “CONQUISTA DE TERRAS” NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

Meanings of fight: a look at the “Conquest of lands” in the Zona da Mata of Minas Gerais

RESUMO

Propõe-se, neste artigo refletir sobre uma experiência de acesso à terra desenvolvida na Zona da Mata mineira, desde a década de 80, por agricultores familiares, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e por uma Organização Não Governamental que atuavam na região. Utilizando metodologia qualitativa, a pesquisa desenvolveu-se em três fases que permitiram reconstruir a trajetória da experiência por meio de documentos e de entrevistas realizadas com técnicos, agricultores, trabalhadores rurais e também com algumas pessoas que não participaram, mas acompanharam à distância todo o processo. Denominada de “conquista de terras”, a experiência possibilitou a agricultores e trabalhadores rurais adquirirem um pedaço de terra a partir de empréstimos feitos entre os agricultores e também por meio de um fundo rotativo (criado na década de 90) com essa finalidade. A idéia de acesso não se restringe à propriedade, mas implica no desenvolvimento de formas alternativas de produção (agroecologia), o fortalecimento da organização dos agricultores e trabalhadores rurais, a valorização do saber dos agricultores e a inserção ativa dos mesmos no mercado e na política local. A experiência envolveu diretamente, até 2006, 110 famílias que tiveram acesso a 498 ha de terras. Na “conquista de terras” a luta não é pela posse de um pedaço de terra apenas, mas a busca pela invenção e consolidação de condições de vida dignas a partir da exploração da terra segundo práticas alternativas e mais autônomas de produção e organização.

Flávia Naves
Professora do Departamento de Administração e Economia
Universidade Federal de Lavras
flanaves@dae.ufla.br

Jorge Romano
Professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Recebido em 16/12/09. Aprovado em 28/9/10
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador Científico: Ana Alice Vilas Boas

ABSTRACT

This paper proposes a consideration on an experience of access to land developed in Zona da Mata region, Minas Gerais state, since the 80's by familiar farmers, a Labor Union of Farmers and a Non-Governmental Organization that were acting in the area. The research used qualitative methodology and it was developed in three stages that allowed the reconstruction of the experience trajectory by means of documents and interviews with technicians, farmers, agriculture workers, and also with some people that did not participate, but followed the process at distance. The experience, named “Conquest of lands”, made possible to farmers and agriculture workers the acquirement of a piece of land by using loans made among the farmers and also from a rotational fund (created in the 90's) with this purpose. The idea of accesses does not restrict itself to property, but also includes the development of alternative forms of production (agroecology), strengthening of farmers and agriculture workers organization, the valuation of agriculture workers know-how, and the active insertion of them in the market and in local politics. The experience involved directly until 2006 110 families that had access to 489 ha of land. In the “conquest of lands”, the fight is not only for the acquirement of a piece of land, but for the search for creation and consolidation of dignified conditions of life from the land exploring according to alternative practices of production and organization.

Palavras-chave: Luta pela terra, agroecologia, experiência.

Key-words: Fight for land, agroecology, experience.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre acesso à terra que marca a história e o desenvolvimento de vários países também é um tema pulsante no Brasil. Embora frequentemente a ênfase seja direcionada para as polêmicas propostas oficiais de reforma agrária dirigidas pelo Estado, essas não resumem a luta pela terra no País.

A diversidade cultural, física, ecossistêmica, política nesse contexto fazem com que a luta pela terra em

cada localidade tenha características que ultrapassam os limites da intervenção governamental, desenvolvendo-se no âmbito de práticas e relações sociais específicas que também, muitas vezes, são ignoradas pelo Estado. A luta pela terra pode ser uma luta pela manutenção de um pedaço de chão, por uma estratégia de sobrevivência, por uma trajetória de vida. Envolve um esforço de imprimir e colocar em prática uma determinada forma de ver, compreender a terra e construir relações com esse recurso e em torno dele.

Adotando essa perspectiva, este texto tenta caracterizar uma experiência particular de acesso à terra desenvolvida em um município da Zona da Mata de Minas Gerais, a qual seus idealizadores denominam conquista de terras.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no período de 2003 a 2005, a partir da utilização de métodos qualitativos. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha-se com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com a perspectiva interpretativa da realidade em questão, desenvolveu-se um estudo de caso sobre uma experiência desenvolvida por produtores, trabalhadores rurais e uma Organização Não Governamental da região da Zona da Mata de Minas Gerais, conhecida como “Conquista de Terras”.

Godoy (2006) afirma que o estudo de caso deve estar centrado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno objeto da investigação. Essa especificidade torna o estudo de caso um tipo de pesquisa especialmente adequado quando se quer focar problemas práticos, decorrentes das intrincadas situações individuais e sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Para realizar o estudo foram combinadas diferentes técnicas de pesquisa. Numa primeira etapa utilizou-se a análise documental que permitiu reconstituir, através de relatos escritos, a trajetória da experiência. Durante a pesquisa, a análise de documentos produzidos por diferentes atores envolvidos no processo, tais como projetos, relatórios, artigos etc. contribuíram para contextualizar as entrevistas.

Na segunda etapa da pesquisa foram entrevistados atores de diversas organizações que estiveram envolvidos direta ou indiretamente na implementação da experiência. Caracterizando uma amostra não probabilística, selecionada de forma intencional, o grupo de atores entrevistados nessa etapa era constituído por representantes de uma ONG, técnicos de órgãos públicos que atuavam na região tais como o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Agropecuária

(EMATER-MG), e também agricultores e trabalhadores vinculados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do município no qual se desenvolveu a experiência. As narrativas desses atores, obtidas por meio de roteiros semiestruturados, ajudaram a compreender aspectos mais subjetivos, nem sempre presentes nos documentos escritos, sobre os significados da experiência. Essa etapa também foi importante para apresentar a proposta de pesquisa a pessoas que estavam envolvidas com a experiência, sensibilizando-as, ouvindo sugestões e buscando apoio para a realização das etapas posteriores do trabalho.

Na terceira etapa da pesquisa, orientada também por roteiro semiestruturado, ocorreu finalmente o encontro com os agricultores familiares e trabalhadores rurais que participaram diretamente da “Conquista de Terras”, com a possibilidade de visitar propriedades e conhecer as famílias desses atores. Era o momento de buscar compreender os significados, conhecer as trajetórias e identificar dificuldades vivenciadas por esses atores durante a conquista de terras. Ao mesmo tempo, foi possível contextualizar as percepções e mudanças nas percepções de agricultores e trabalhadores rurais que não se envolveram com a experiência, mas acompanharam à distância o processo.

A combinação desses métodos com a observação não participante, ou seja, aquela em que o pesquisador está presente no local onde o grupo desenvolve suas ações, mas não se faz passar por um membro do grupo (ALENCAR, 1999), contribuiu para a elaboração das análises e discussões apresentadas a seguir.

3 CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA

A área rural da região conhecida como Zona da Mata de Minas Gerais é caracterizada hoje por pequenas propriedades, fruto de sucessivas divisões de grandes fazendas, resultado do sistema de herança e também da decadência da produção de café que levou à venda e à fragmentação grandes propriedades. Dados do Censo Agropecuário de 1985 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1986) reforçam com números essa situação evidenciada de forma ainda mais diversa nas viagens pela região. Segundo tal pesquisa, 90,9% das propriedades rurais da Zona da Mata de Minas Gerais têm até 100 ha, ocupando cerca de 50% da área. Apenas 0,08% das propriedades têm acima de 1.000ha, ocupando 3,67% da área.

Destaca-se que, na categoria de propriedades até 100 ha, há uma grande diversidade de micropropriedades

com menos de 10 ha que são base para a sobrevivência de muitas famílias que se dedicam à produção de café, que vêm novamente ganhando importância econômica na região, bem como as tradicionais culturas de milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar e a criação de gado.

O município de Araponga, cenário da experiência aqui discutida, segue o padrão regional com cerca de 68% da população vivendo no meio rural, com uma agricultura familiar baseada em micropropriedades, parceiros e trabalhadores rurais vinculados à produção de café.

Neste local, a terra é elemento central para a definição de trajetórias de vida e estratégias de sobrevivência, constituindo-se também num elemento definidor das relações familiares, das relações entre os agricultores e trabalhadores rurais, entre esses e os órgãos públicos e ONGs que atuam na região.

Comerford (2003, p. 64), que desenvolveu uma ampla pesquisa na região da Zona da Mata, resume a importância da terra na dinâmica social da região:

As famílias que não têm acesso à terra e à moradia próprias estabelecem outras formas de relação com parentes, vizinhos, compadres, distintas daquelas que caracterizam os sítiantes com acesso à terras próprias. As famílias sem terra têm modalidades distintas de localização e circulação, e se envolvem de maneira diferenciada nas tensões locais e nos padrões de conflito. Essa observação permite pensar que certas condições relacionadas com posse da terra, geralmente analisadas do ponto de vista da ‘economia’, podem ser analisadas quanto à sua importância como condição para exercer a política e a poética de reputações e do respeito. Ou seja, como condições para a ‘respeitabilidade’, como prática semiótica e discursiva.

Uma estratégia de acesso à terra utilizada tanto por proprietários que dispõem desse recurso e que precisam de mão de obra a baixo custo como por aqueles que não o possuem, mas querem e precisam trabalhar na atividade agrícola, é a parceria. Tal expressão refere-se à uma prática comum em diversas áreas rurais do país na qual agricultores com pouca ou nenhuma terra cultivam em propriedades de terceiros e dividem os resultados das colheitas com os donos das terras que podem ser proprietários médios, relativamente pequenos ou grandes.

Mas a parceria também envolve conflitos relacionados principalmente à falta de autonomia daqueles que se tornam parceiros, cujas ações são regidas pela vontade dos donos das terras. Foram vários os relatos de desagrado dos parceiros pela obrigação de usar

agrotóxicos nas lavouras e pelo impedimento de cultivo de outros produtos juntamente com o café.

Quem possuía maior quantidade de terra, detinha também o poder sobre o beneficiamento e a comercialização da produção de café e eram também as pessoas que se revezavam nos cargos públicos, como “chefes” da política local. Assim, a dependência mediada pela posse da terra abrangia a produção, estendia-se ao espaço do mercado e também da política, evidenciando os riscos de se opor aos grupos dominantes.

A “falta de terras” era agravada pelo esgotamento dos solos, e pelas restrições a quantidade de terras disponíveis e às formas de exploração possíveis devido à proposta de implantação na região do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), processo que se arrastou por mais de 10 anos, até a inauguração em 2005.

Apesar dessa situação, não há relatos de conflitos explícitos, enfrentamentos entre aqueles que dispunham de terras e aqueles que não tinham acesso a esse recurso. Por um lado, a predominância de pequenas e médias propriedades no local, sem a presença forte de latifúndios pode ser considerada como um fator de desencorajamento de iniciativas como ocupações de terra. Por outro, as narrativas dos agricultores, sindicalistas e técnicos levam a interpretar essa situação como reflexo da cultura local: os pequenos agricultores, mesmo em condições precárias e em posição subalterna, preferiam evitar confrontos.

Mesmo assim, através de entrevistas, agricultores e técnicos mostraram-se com desejo de sair desta situação de dependência mediada pela posse da terra era grande. *“Porque do ponto de vista dos agricultores isso era muito forte. (...) Essa coisa de poder sair daquela dependência. (...) E aí poder votar em quem quer... poder não ficar subjugado a esse povo...”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A forma como os pequenos agricultores descapitalizados ou sem-terra percebiam essas relações e a não explosão do conflito entre grupos situados em posições opostas nas relações de poder não impediram as reações e contrarreações, ainda que silenciosas, dos pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Principalmente dentre aqueles que estavam vinculados ao trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Assim, os agricultores e trabalhadores rurais idealizaram uma forma alternativa de luta pela terra: “A melhor forma de derrubar o grande é melhorando a vida do mais pobre. Nunca adotamos a estratégia do confronto” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004b). Viabilizar o acesso à terra, sem

promover ocupações e sem esperar a reforma agrária do governo era para muitos agricultores o caminho para reduzir a dependência e também a pobreza (termos que entre os agricultores familiares de Araponga são avaliados, muitas vezes, como sinônimos), porque, sem a terra, a dependência atingia as várias dimensões da vida das famílias. A terra constituiria um capital inicial que permitiria o desenvolvimento de diferentes estratégias para a superação da pobreza.

“Uma grande causa da pobreza é a presença das grandes fazendas. Onde as pessoas dependem de fazendeiros, existe a pobreza. Se adoecer na fazenda depende do dono da terra. São Domingos [comunidade rural de Araponga] é um exemplo: o pessoal de lá é mais doente e mal alimentado. Só se cultiva café e tem que comprar tudo de fora. Não pode plantar horta ou fruta e não se investe na propriedade do fazendeiro. Tem pessoas que morrem na fazenda e ninguém sabe qual foi a causa. Muitas vezes, a família é expulsa da fazenda, mandada para a periferia da cidade” (entrevista com agricultora, presidente do STR de Araponga, 2004).

A materialização dessa perspectiva de vida e de luta pelo acesso à terra vai se dar a partir de 1986, com o início da conquista de terras.

4 “MAIS DO QUETER”: ENTENDENDO A CONQUISTA DE TERRAS

O marco inicial da conquista de terras em Araponga foi a realização da primeira compra conjunta em 1986, por um grupo de quatro meeiros, membros de uma mesma família, que dividiram 27 ha de terras. Desse grupo participaram algumas das figuras exponenciais da fundação do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) e do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, instituições que, por sua vez, tornaram-se mediadoras e parceiras da iniciativa da conquista de terras.

A idéia dos precursores dessa iniciativa, resumida num documento denominado “cartilha sobre a conquista de terras” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004a), alicerçava-se na percepção de muitos agricultores de que não havia muitos latifúndios para serem desapropriados na região e de que tanto a reforma agrária do governo quanto a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não pareciam oferecer uma solução para seus problemas.

Assim, alguns agricultores resolveram ampliar para outras pessoas uma prática que já desenvolviam em família: o empréstimo de produtos agrícolas para ajudarem uns aos outros a arrecadar o valor necessário para comprar terras.

Produtos reunidos e vendidos, o negócio é acertado e a terra é paga à vista. Fica a dívida do novo feliz proprietário para com seus amigos a ser paga da mesma forma do empréstimo, em produtos, com um prazo de carência que varia de acordo com as possibilidades de cada um (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004a, p. 2).

As áreas totais adquiridas em cada compra eram divididas em partes menores que giravam em torno de 5 ha. A variação se dava em função do tamanho da área adquirida, do número de pessoas que participam naquele momento da compra e também das diferentes necessidades e da disponibilidade de recursos desses agricultores.

O discurso em torno da proposta, a inspiração e os princípios que a regem refletem a forte influência das propostas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tiveram um papel importante na formação de agricultores, trabalhadores rurais e do movimento sindical na região.

A força de tais princípios manifesta-se, por exemplo, na forma de seleção dos candidatos à conquista de terras: trabalhadores rurais ou parceiros que tenham realmente vinculação com a terra e algum recurso disponível, uma pequena parte do valor da terra a ser adquirida.

O perfil esperado dos agricultores envolvidos na conquista de terras está expresso nos “10 mandamentos para a conquista de terras” (quadro 1).

A avaliação das vinculações do candidato à conquista de terras com tais critérios se faz através de redes locais que dão suporte a essa proposta. O pertencimento a essas redes implica em vínculos de amizade, de parentesco e também a existência de relações com as CEBs, com grupos de reflexão, com o CTA-ZM e com o STR.

Tais redes, como formas de articulação de forças sociais diversificadas aproximam-se da definição de Scherer-Warren (1999, p. 50) para redes de movimentos sociais:

interações horizontais e práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos, atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidades e valores coletivos.

A importância das microrredes foi observada também por outros pesquisadores como Carvalho (1997) e Delgado e Romano (1999). Segundo Carvalho (1997), no Brasil e na América Latina em geral, as sociabilidades sociofamiliares e as redes de solidariedade primárias nunca

QUADRO 1 – 10 mandamentos da conquista de terras

1. Interesse pela terra – ter amor pela terra e compromisso.
2. Comportamento no grupo – ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas, participar de reuniões.
3. Meio ambiente – ter consciência ecológica.
4. Divisão – formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas.
5. Conquista das terras – fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível e viver em sintonia com a comunidade.
6. Forma de convivência – ter diálogo e compreensão com os companheiros, tratar dos assuntos que envolvem a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente da seita.
7. Participação e contribuição da mulher – lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo.
8. Participação agrícola – participação nas forças de serviço e mutirão, recuperação e conservação de solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas.
9. Maneiras de usar as coisas móveis do grupo – usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais.
10. Maneira de usar os imóveis – conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha.

Fonte: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (2004a, p. 4)

foram descartadas, já que elas foram, e ainda são, para as camadas populares, a condição de resistência e sobrevivência.

Mesmo assim, as dificuldades enfrentadas ao longo do processo foram muitas, a começar pela necessidade dos trabalhadores rurais e parceiros conquistarem legitimidade como interlocutores junto aos proprietários de terras na região, que não queriam negociar com eles. Tal situação demandava a mediação de um agricultor “um pouco mais estabelecido” (ou seja, um indivíduo, um agricultor -ainda que poucos-, respeitado na comunidade por diferentes grupos sociais), para que a negociação fosse efetuada. Com os resultados positivos da conquista de terras, a confiança foi sendo construída e nas demais compras as negociações foram se tornando mais fáceis.

Estes atores legitimaram-se, construíram certo “capital simbólico” (BOURDIEU, 1996), levando ao reconhecimento de sua visão de mundo, concretizada em uma experiência que viabiliza o acesso à terra, de forma coletiva e gerida de maneira diferente de propostas convencionais¹.

¹Propostas convencionais referem-se ao modelo de agricultura dominante, marcado pela monocultura, pelo uso de produtos químicos etc.

Os novos proprietários, porém, enfrentaram outras dificuldades para conciliar o pagamento da dívida assumida, a sobrevivência da família e a gestão da propriedade que normalmente não possuía qualquer estrutura ou benfeitoria. Assim, enquanto pagavam a dívida os agricultores costumavam manter as relações de parceria: tocando o trabalho antigo e a nova propriedade paralelamente, o que implicava em maior esforço para as famílias.

Na década de 1990, uma comissão do STR de Araponga, formada por agricultores que adquiriram suas terras nesse sistema assumiu e institucionalizou a conquista de terra, com apoio do CTA-ZM. Nessa época, conseguiram junto à Fundação Ford recursos da ordem de 25.000 dólares, que passaram a compor um fundo rotativo usado para complementar os recursos dos próprios agricultores para efetuar as compras de terras.

Mesmo com a institucionalização da conquista de terras, os princípios originais da proposta foram mantidos, reforçando relações sociais que já existiam antes. Até o ano de 2006, foram adquiridos, por meio da conquista de terras, 498 ha de terras, distribuídos para 110 famílias, sem que haja registros de inadimplência, apesar de todas as dificuldades envolvidas no processo.

A coesão grupal surge como um forte elemento nas disputas enfrentadas pelos agricultores. Para Elias e

Scotson (2000), se um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro, essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder. Essa coesão é que permitiu aos agricultores superarem as críticas, o medo e as dificuldades envolvidas na conquista de terras.

Vários estudos revelam, segundo Santos e Rodriguez (2002), que as iniciativas de produção alternativa geralmente são apenas uma parte de um projeto integral de organização comunitária. Ainda que a produção seja uma parte essencial das iniciativas porque providencia o incentivo econômico para a participação dos atores, a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de mantê-lo dependem igualmente das dinâmicas não econômicas – culturais, sociais, afetivas, políticas, etc. – associadas à atividade de produção.

Nesse sentido, A conquista de Terras procura dar destaque e visibilidade a formas diferentes de relação entre dos produtores com a terra, com o mercado, com o poder público, com organizações representativas e entre eles.

5 MUDANDO RELAÇÕES: O QUE SE PODE FAZER CÔM A TERRA

A percepção de que a posse da terra, como estratégia isolada de outras ações tem seus efeitos positivos limitados sobre a melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores também reflete-se na forma como a conquista de terras foi operacionalizada e das consequências geradas por essa forma de gestão.

A adesão dos agricultores envolvidos com a conquista de terras e à agroecologia pode ser analisada como resultado da percepção de que não bastava possuir a terra para conseguir sobreviver da atividade agrícola. A terra era, sem dúvida, condição primeira, mas, dentro dos padrões convencionais de produção agrícola para os quais informações, orientações técnicas e crédito eram direcionados, agricultores com poucos recursos e terras “enfraquecidas” não poderiam sobreviver. Era preciso, portanto, buscar uma alternativa também para a produção.

Altieri (2000), afirma que o enfoque da agroecologia é importante para agricultores com poucos recursos, isto é, aqueles que têm o menor acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado.

Mas para os parceiros e trabalhadores rurais do município a proposta agroecológica só seria viável se eles dispusessem de terras: “*para o agricultor testar e experimentar no terreno dos outros não dava. O acesso à terra alavancou o processo: na minha terra eu faço o que eu quero e tenho outra autoestima e outra inspiração.*” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

A terra, portanto, é considerada como um ativo² fundamental para o desenvolvimento de quaisquer estratégias de mudança por esse grupo.

Pelas entrevistas realizadas com pequenos agricultores familiares, inclusive aqueles que idealizaram a iniciativa, percebe-se que esses já manifestavam interesse e experimentavam algumas técnicas alternativas de produção antes mesmo da conquista de terras. Talvez seja possível afirmar que as práticas agroecológicas propostas pelo CTA-ZM e apropriadas pelos agricultores tenham uma vinculação com o *habitus*³ do agricultor familiar. Assim, haveria uma identificação dos agricultores com a lógica da criatividade, da inovação, da experimentação, da forte relação com o meio e os recursos disponíveis, com os vínculos entre produção, bem-estar da família, autonomia e preocupação com o futuro dos descendentes que fazem parte do ideário agroecológico.

A percepção dos agricultores envolvidos na conquista de terras sobre as consequências da adoção de práticas agroecológicas são positivas.

“*Antes tinham terras que não produziam nada e hoje estão produzindo. Se a terra continuasse produzindo no mesmo sistema de antes, quando eu era criança, talvez eu mesmo fosse um que estaria passando dificuldades, procurando emprego na cidade*” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

“*Meio ambiente? Aqui já tem essa preocupação. Todo mundo tem o maior zelo com sua água. Até as águas aumentaram desde que a gente veio prá cá, mesmo que a chuva não está sendo muita. Antes, a gente usava a água e na época de seca não tinha nem sinal de água. Hoje, a gente usa e ainda tem água atravessando a estrada. Tem muita água, mesmo na época da seca*” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

²Ativo, como propõe Bebbington (1999), citando Giddens, entendido como elementos que dão às pessoas capacidade para ser e agir. Desta perspectiva, ativos não são apenas coisas que permitem a sobrevivência, adaptação e alívio da pobreza; eles também são as bases do poder dos agentes para atuar e reproduzir, mudar regras que determinam o controle, uso e transformação de recursos.

³“Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade (...). Alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual inconfundível que brota da escrita social (...)” (ELIAS, 1994, p. 150).

Informações do monitoramento econômico de experiências agroecológicas realizado pelo CTA-ZM (FERRARI, 2003), apontam para a maior eficiência econômica dos sistemas de produção “mais agroecológicos” em comparação com outros “menos agroecológicos”.

Técnicos do CTA-ZM e de outras organizações, que atuam no meio rural do município, avaliam que a maioria dos agricultores conseguiu avanços nas condições básicas de sobrevivência (saúde, alimentação, produção, etc.), mas, são poucos os que obtiveram melhores retornos financeiros até o momento. Alguns agricultores que, ao longo dos quase vinte anos da experiência, avançaram nas técnicas de produção conseguiram redução de custos e, em função disso uma renda um pouco melhor. Mesmo sabendo dessas limitações, havia grande expectativa dos agricultores em relação aos ganhos da atividade produtiva.

Santos e Rodriguez (2002) propõem que a viabilidade de propostas alternativas, pelo menos a curto e médio prazos, depende, em boa medida, da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo. Isso não se refere apenas a aspectos materiais, mas a mudanças de comportamentos aceitos e legitimados em nossas sociedades.

Assumir comportamentos, posições diferentes daquelas que predominam em nossas sociedades é tarefa difícil. Os agricultores envolvidos com a conquista de terras afirmam que em várias situações sentiram-se pressionados pelas opiniões e críticas de outras pessoas. Em Sociedade de Corte, Elias (2001, p. 113) afirma que

(...) o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é dada por ele próprio ou pelos outros. A ‘realidade’ de uma posição social aí é apenas o que a opinião julga que ela é: era o reconhecimento pelos outros da qualidade de membro dessa sociedade que, em última análise, determinava essa própria realidade”. (...) Em uma tal formação, a construção da identidade de cada indivíduo está sempre no cruzamento da representação que faz de si mesmo e da credibilidade concedida ou recusada pelos outros a essa representação.

A sobrevivência e os resultados dessa iniciativa implicavam em mudança nas relações sociais de uma perspectiva local. O embate principal era com grandes proprietários, mas também era com as formas gerais de produção e reprodução social que eram replicadas e impostas em grande parte por esses atores no espaço local, mas que também eram reflexo de processos globais e historicamente constituídos.

Embora as relações entre os grandes proprietários e os agricultores familiares ainda sejam marcadas por um equilíbrio desigual de poder, pode-se dizer que a conquista de terras permitiu que os primeiros se tornassem mais autônomos em relação aos grupos dominantes no meio rural de Araponga, conquistando o direito e as condições para tomarem suas próprias decisões, seja na gestão da propriedade, no âmbito social e político.

A conquista de terras em seu sentido amplo ou pelas resignificações que produz e nas quais se apóia, semeia ou estimula ainda algumas mudanças nas relações que envolvem gêneros e gerações.

Na medida em que se modifica o trabalho na propriedade, há não só uma maior demanda por mão de obra, mas também uma mudança na forma, no significado das tarefas e nesse processo, as mulheres, segundo as próprias agricultoras, têm seu trabalho valorizado.

“Mudou muita coisa... Até mesmo dentro de casa, com a família, de falar, ajudar a administrar. Antes, eu achava que a única forma de arrumar um recurso financeiro extra era trabalhando fora de casa. Mas, hoje, eu vejo que, dentro de casa, da propriedade é possível ter este recurso. (...) em casa, a gente trabalha junto e tem coisas individuais também. Tem umas coisas que o dinheiro é dele, outras é meu e outras é da família” (entrevista com agricultora de Araponga, 2004).

As mudanças nas relações de gênero ainda são mais restritas a esfera das famílias, embora tenha crescido nos últimos anos a participação das mulheres na gestão das organizações e projetos de interesse desse grupo.

Algo semelhante acontece nas relações geracionais já que a possibilidade de acesso à terra e a forma de condução dos processos na conquista, dão maior visibilidade ao trabalho, habilidades e opiniões dos jovens. A ampliação da conquista de terras fez com que muitos deles passassem a vislumbrar a possibilidade concreta de se manterem no meio rural com alguma autonomia.

“Eu, como todo jovem, já passou pela cabeça ir embora, achar que a vida lá [cidade] é mais fácil. As dificuldades da roça é grande e, mesmo com o trabalho do CTA, do sindicato... nem todos os jovens pensam como a gente. Tem muita dificuldade. Mas, muitos jovens tão assumindo trabalho e terra e propriedade” (entrevista com jovem agricultor de Araponga, 2004).

Essas mudanças também têm significado forte para a sustentabilidade da experiência. Elias (1970, p. 21) afirma que

transformações sociais só se podem efetuar – se é que podem mesmo efetuar – quando houver um desenvolvimento que abarque várias gerações. (...) Se

uma grande maioria tiver que reaprender e repensar tudo isto, tendo que se acostumar a todo um complexo de conceitos novos – ou conceitos velhos com um novo significado – então torna-se necessário um período de duas ou três gerações, por vezes mesmo de muitas mais.

Daí também a importância da criação da Escola Família Agrícola (EFA) de Araponga, projeto idealizado pelos agricultores e técnicos envolvidos na conquista de terras e no Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro, financiado com recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF).

A área na qual estava prevista a construção da EFA, em 2004, foi doada pelos agricultores que participaram de uma compra conjunta de terras no município. Cada um concordou em reduzir um pedaço da área que lhes caberia da conquista de terras, de forma tal que se reservasse um espaço para a construção da escola.

As organizações que apóiam os agricultores na conquista de terras também passaram por mudanças positivas. CTA-ZM e o STR de Araponga se fortaleceram como atores importantes no cenário local e regional e conquistaram maior legitimidade em suas bases. Isso se verifica, sobretudo, pelo aumento do número de filiados ao STR de Araponga que passou de 200 em 1993 para 900 em 2003, mudança que muitos atribuíram aos resultados e expectativas da conquista de terras. Além disso, é preciso considerar a construção de novas organizações de grande interesse por parte agricultores, tais como a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA) (já organizada na época da realização da pesquisa), a Escola Família Agrícola (EFA), e uma cooperativa de crédito (estas duas em processo de implantação, no ano de 2005).

Além da criação de novas organizações, é importante destacar o importante papel desempenhado pelos mediadores nessa experiência, que fica mais evidente na medida em que há novos desdobramentos da conquista de terras, demandando decisões e ações rápidas e a intervenção dos mediadores.

Mesmo com o esforço dos mediadores para capacitar os agricultores para gerir os processos vinculados à conquista de terras, observaram-se dificuldades enfrentadas pelos agricultores para superar as limitações produzidas pela defasagem histórica de acesso a recursos e instâncias e conseguirem organizar e coordenar tal iniciativa de forma autônoma e com segurança.

Para agricultores, trabalhadores rurais e mediadores, tais relações podem ser definidas como interdependência.

Olhar formações sociais ou grupos, pensando numa liberdade absoluta, pode levar a uma interpretação equivocada sobre a vida social. Norbert Elias

prefere pensar a ‘liberdade’ de cada indivíduo como inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens e que limita o que lhes é possível decidir ou fazer. Contra as categorias idealistas do indivíduo em si [Individuum na sich] ou da pessoa pura [reine Person], contra uma representação atomística das sociedades, que a consideram apenas a agregação de sujeitos isolados e a soma de comportamentos pessoais, Elias coloca como centrais as redes de dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, porém modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social (CHARTIER, 2001, p. 13).

A compreensão dessas interdependências também parece ser importante para administrar os conflitos que surgem em processos de mudança tão complexos como aqueles que compõem a conquista de terras.

Neves (1991) avalia que a transmissão de conhecimento no processo de mediação tem duplo caráter: permite a apropriação e a alienação.

Os mediadores (...) tentam impor a sua visão de mundo e a das instituições que representam. Contudo, este encontro pelo desencontro permite aos mediados objetivarem e personalizarem o mundo que se impõe e que desconhecem. Devendo participar de mundos sociais cuja produção e objetivação de regras ignoram, contam com o saber oferecido pelos mediadores para a construção de sentido das ações dos ‘outros’. Através deles fundamentam as possibilidades de elaboração de uma previsibilidade de comportamento. Portanto, apropriam-se desse saber reconsiderado para formularem interpretações e objetivarem essas formas externas de poder e autoridade.

À medida que os resultados da conquista de terras aparecem, outras demandas também surgem e os mediadores são chamados a participar ainda de forma ativa na experiência. Com isso, muitas vezes deixam de iniciar novos projetos ou atender à demandas de outros grupos sociais.

Esse dilema é ilustrado, por exemplo, pelas situações que envolvem o convite recebido pelo CTA-ZM, em função de sua proximidade com a conquista de terras de Araponga, para ser o executor do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em alguns municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, elaborado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dá continuidade às experiências governamentais de reforma agrária de mercado, no Brasil. Dessas discussões surgiram alguns programas experimentais tais como o projeto Piloto do Banco da Terra, cuja avaliação realizada pelo Banco Mundial (MEDEIROS, 2003) revelou que tal forma de intervenção não encontrava respaldo na lógica dos agricultores que tinham suas ações movidas por outros fatores além do mercado, prevalecendo, por exemplo, uma relação mais afetiva com a terra. Tal dissonância, evidentemente, gerava resultados não previstos pelo programa.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário⁴ criado em 2003 é resultado de discussões envolvendo o movimento sindical, os setores ligados à questão agrária e ao desenvolvimento rural.

Uma vez que o CTA-ZM foi responsável pela divulgação da experiência da conquista de terras em Araponga, foi convidado, em 2004, pela SRA para implementar o programa na Zona da Mata mineira. No início, a proposta gerou grande expectativa tanto nos técnicos do CTA-ZM quanto nos sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores da região.

Havia certa crença de que o CTA-ZM, como mediador dessa política, poderia facilitar o acesso à terra para muitas famílias, além de contribuir para aprimorar o próprio programa. Em Minas Gerais, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado de Minas Gerais (FETAEMG) também foi convidada para executar o programa em vários municípios, o que tornou o convite ao CTA-ZM também uma oportunidade para ganhar espaço na disputa em torno do movimento sindical no Estado, na qual essas entidades ocupavam campos opostos. Cada uma dessas organizações tem perspectivas diferentes sobre alternativas sociais e produtivas para o campo, bem como diferentes formas de representação e estratégias de atuação. Pode-se dizer que a FETAEMG adotava estratégias mais conservadoras e assistencialistas em relação aos trabalhadores rurais, uma das razões pelas quais alguns sindicatos da Zona da Mata mineira romperam com essa organização, criando outra organização para representá-los: a Articulação Sindical da Zona da Mata⁵, que manteve sempre uma parceria com o CTA-ZM.

O desenho final do programa não contemplou a maioria dos critérios que o CTA-ZM, com base na experiência da Araponga, definiu como prioritários para a implementação da proposta havendo, em 2005, maior

cautela ao se tratar do programa. O CTA-ZM sequer sabia se iria executá-lo, uma vez que as diferenças de perspectiva eram significativas. Havia receio, por exemplo, sobre o tempo diferente entre os aprendizados coletivos e as exigências do Estado que precisariam ser superadas, para contemplar as especificidades de cada localidade e grupos de agricultores, a necessidade de mais técnicos capacitados e de processos de capacitação para os agricultores participarem e gerirem o processo, o risco de aumento no preço de terras, entre outros fatores.

Se, por um lado, experiências como a conquista de terras de Araponga e as ações que o CTA-ZM desenvolve e apóia não funcionam segundo a lógica governamental⁶, o que gera conflitos importantes, muitas ONGs (e, de certa forma, o próprio CTA-ZM) reconhecem a importância de uma aproximação e de conseguir espaço dentro do Estado, tanto pela escassez de recursos para financiamento de suas ações, como pela necessidade de influenciar políticas públicas.

Santos e Rodriguez (2002) afirmam que as correntes de pensamento e ação progressistas que procuram alternativas econômicas não capitalistas têm mostrado uma clara desconfiança do Estado. Embora, nessas relações, exista o risco de cooptação das alternativas por parte do Estado, prevaleça a passividade desse perante os problemas das classes populares e haja a possibilidade de que as iniciativas fiquem dependentes da ajuda estatal, os autores defendem que tais alternativas devem buscar e conquistar espaço tanto dentro como fora do Estado. No primeiro caso, para não ceder o terreno político ao poder econômico hegemônico e mobilizar os recursos do Estado a favor dos

⁴Foi inspirado nas experiências do Programa Banco da Terra, do MDA e do Projeto de Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza Rural, da CONTAG, estados e Banco Mundial, introduzindo algumas alterações nos mecanismos de financiamento, dentre as quais o governo (BRASIL, 2005) destaca a redução do custo do financiamento do crédito fundiário, a ampliação dos itens financiáveis, a definição de uma estratégia de gestão a longo prazo do Fundo de Terras e a determinação do gerenciamento de todos os investimentos pelas próprias comunidades.

⁵Mais detalhes sobre a Articulação Sindical da Zona da Mata ver trabalho de Cintrão (1996).

⁶Entre as diferenças que se pode citar entre a forma de ação adotada pelo CTA-ZM e os programas governamentais estão os prazos para realização das ações, as formas de acompanhamento e avaliação dos processos que, na maioria das vezes, ignoram o ritmo de trabalho, de organização e as demandas dos agricultores e trabalhadores rurais envolvidos diretamente nos projetos.

setores populares. No segundo, para manter a sua integridade, não depender das flutuações do ciclo político e continuar a formular alternativas ao *status quo*.

Pode-se dizer que a ampliação e utilização do potencial e do aprendizado da conquista de terras junto a outros grupos dependem da tradução desses conhecimentos para o âmbito das políticas públicas.

Embora possa haver alguns avanços na concepção do Programa Nacional de Crédito Fundiário em relação àqueles que o inspiraram, os atores envolvidos na conquista de terras avaliavam, em 2005, que tratava-se de uma proposta muito audaciosa e pouco atenta às questões locais. Naquele, momento à avaliação era de que a operacionalização de tal programa poderia contradizer o que defende, levando a concentração de poder nas mãos de mediadores, criando pressão forte sobre os trabalhadores e agricultores, principalmente porque capacidades essenciais para a tomada de decisão, assim como habilidades de gestão necessárias para o programa não se desenvolvem de um momento para o outro.

De qualquer forma, esse programa se apresentava, no ano de 2005, como mais um desafio colocado no horizonte da experiência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de compreensão dos significados da conquista de terras desenvolvida por agricultores familiares, trabalhadores rurais e mediadores no município de Araponga, zona da Mata de Minas Gerais ajuda a refletir sobre possibilidades e limites de construção de formas diversificadas de luta pela terra no Brasil.

Em números, a experiência de Araponga pode parecer insignificante, sobretudo quando se caracteriza o tamanho das novas propriedades ou se tem em mente exclusivamente padrões quantitativos de análise.

Mas a luta pela terra, nesse caso específico, não é uma luta pela posse de um pedaço chão apenas, mas a busca pela invenção e consolidação de condições de vida dignas a partir da exploração da terra segundo práticas alternativas e mais autônomas de produção e organização.

Gestada na confluência de muitas discussões sobre os problemas dos pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais no local, a iniciativa da conquista de terras defende a importância da posse da terra, de práticas produtivas adequadas, de formas complexas de gestão das propriedades, do desenvolvimento de estratégias de mercado, de acesso ao poder público, de apoio a lutas complementares como forma de tornar sustentável essa iniciativa. Mas tudo começa com a conquista de um pedaço

de chão, sobre o qual os agricultores possam atuar com alguma autonomia. Sem a terra não há condições materiais e de autonomia mínimas para a construção de alternativas.

Isso exige uma capacitação e esforço constante de produtores e mediadores para atender às novas demandas que surgem à medida que a experiência alcança novos patamares.

Observa-se a importância da institucionalização e compartilhamento de certos valores (influência das CEBs) por trabalhadores, agricultores e mediadores, estruturando redes de relacionamentos nas quais a experiência da conquista de terras se baseia.

Como uma estratégia de mercado, a conquista de terras tem como um dos seus limites o aumento no preço das terras na região. Tal situação já tem se manifestado, não exatamente em função do processo de conquista de terras, mas relacionada à evolução da qualidade do café produzido no local, situação para a qual essa experiência também contribuiu. Depois que alguns produtores de Araponga (inclusive pequenos agricultores ligados à conquista de terras) ganharam concursos de qualidade de café, o município tem consolidado uma imagem de possuir terras boas para esse tipo de produção, influenciando o valor do recurso na região.

7 REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Introdução a metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999.
- ALTIERI, M. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- BEBBINGTON, A. **Capitals and capabilities: a framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes**. London: IIED/DFID, 1999.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Reordenamento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Brasília, 2004. 23 p. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2005.
- CARVALHO, M. do C. B. de. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formação da política social contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 16-21, out./dez. 1997.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Conquista de Terras em Conjunto**. Viçosa, MG, 2004a.

_____. **Sistematização da experiência de desenvolvimento territorial rural do CTA-ZM**: tabulação das entrevistas com lideranças de Araponga. Viçosa, MG, 2004b.

CHARTIER, R. Prefácio. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 7-26.

CINTRÃO, R. P. **Ongs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato**: uma análise da relação entre o centro de tecnologias alternativas e os sindicatos de trabalhadores rurais na zona da mata mineira. 1996. 328 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

COMERFORD, J. C. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DELGADO, N. G.; ROMANO, J. O. Sistemas agrários, atores sociais e construção de políticas públicas alternativas para o desenvolvimento rural local: o caso de Rebouças/PR. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 213-236.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

ELIAS, N. **A sociedade da corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FERRARI, E. A. **Sustentabilidade econômica de práticas agroecológicas**: monitoramento de sistemas de produção em Araponga, Minas Gerais. Viçosa, MG: UFV, 2003.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária de mercado e movimentos sociais**: aspectos da experiência brasileira. São Paulo: Comciência, 2003. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr12shtml>. Acesso em: 17 maio 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NEVES, D. P. **Os fornecedores da cana e o estado intervencionista**: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto da intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos, RJ. Niterói: UFF, 1991.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 97-194.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.